



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12501 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

**GESTÃO DEMOCRÁTICA OU GERENCIALISMO: a construção do Projeto Político Pedagógico do IFMA/Campus São Luís Monte Castelo**

Giselle Ferreira Amaral de Miranda Azevedo - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

**GESTÃO DEMOCRÁTICA OU GERENCIALISMO: a construção do Projeto Político Pedagógico do IFMA/Campus São Luís Monte Castelo**

## 1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre o tema da gestão democrática sempre foi um dos mais debatidos no âmbito da educação brasileira, abrangendo tanto a educação básica quanto a educação superior, dada a sua importância para a compreensão das instituições públicas de educação que proporcionem um ensino de qualidade social. A exemplo disso, há uma vasta bibliografia, com textos, artigos e revistas que trazem reflexões a respeito dessa temática.

O presente artigo é resultado da pesquisa desenvolvida no mestrado em educação da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Aborda-se a questão do trabalho coletivo e da construção do Projeto Político Pedagógico como um dos pilares fundamentais para a consolidação da gestão democrática. O PPP continua sendo objeto de estudos e análises por parte de pesquisadores brasileiros, tanto a nível federal, estadual e municipal, pois não se pode consolidar uma educação verdadeiramente democrática sem a implantação dessa indispensável ferramenta na busca incessante pela qualidade da educação e na participação dos sujeitos que fazem parte da realidade escolar.

As discussões sobre a importância da construção coletiva do PPP ocorrem em um momento de fortes transformações sociais, onde a educação pública no Brasil é bombardeada de propostas antidemocráticas sendo necessária uma análise sobre o trabalho escolar, para que

serve a escola, qual a sua função social, qual o papel dos professores e dos alunos na construção de uma educação pública de qualidade. Que escola queremos diante de tantos ataques a liberdade de pensamento?

No atual contexto onde a educação tem sido fortemente utilizada como mecanismo de perpetuação de relações mercantis, o capitalismo impõe uma adequação a novas exigências para as instituições escolares. De acordo com Oliveira (2005, p. 31):

[..] as alterações do capitalismo criam novas demandas para a escola, dentre as quais: a) o estabelecimento de finalidades educativas mais compatíveis com os interesses do mercado e do mundo do trabalho; b) a requisição de habilidades e competências que tornem os trabalhadores mais flexíveis e polivalentes para a vida profissional; c) a implementação de práticas docentes e escolares mais compatíveis com a chamada sociedade do conhecimento e da informação; d) as mudanças nas atitudes, no comportamento e, sobretudo, no trabalho docente, que tem por base expectativas, objetivos e ações externamente delineadas.

Nessa configuração observa-se que as pressões de reajustes impostas a educação pública brasileira principalmente a partir da década de 90 trouxeram implicações diretas na construção do projeto político pedagógico (PPP) e no modelo de gestão das escolas públicas brasileiras. Uma vez que este deve ser compreendido no seu sentido etimológico como afirma Ferreira (1975, p. 1.144) “o termo projeto vem do latim *projectu*, participio passado do verbo *projicere*, que significa lançar para diante. Plano, intento, desígnio”.

Desta forma, é preciso compreender a gestão democrática a partir de uma análise crítica de seus diversos significados e ideais, enfatizando o estudo do processo histórico, social, econômico, político, e cultural para que se entenda a trajetória do que hoje chama-se de gestão, baseada no princípio da participação. Passou-se a questionar como a educação estava estruturada em seus diversos níveis e a quem essa organização atendia. Dessa forma, o termo gestão passou a ser constantemente utilizado por estudiosos da área. Em contrapartida aos que defendiam a consolidação de uma gestão democrática e participativa, estavam políticas de governos que articulavam a implantação de uma perspectiva gerencialista no âmbito educacional. Estas marcadas pelos princípios do neoliberalismo, por meio da reprodução de práticas mercantis no âmbito educacional.

Nesse contexto, o setor público passou a buscar uma nova forma de se organizar, baseado numa gestão aos moldes de uma empresa privada, já que a sua forma de administrar foi considerada obsoleta e ineficiente. Essa forma é denominada de gerencialismo e, baseou-se em pilares como a flexibilização, descentralização das decisões, diminuição dos níveis hierárquicos dentre outros.

Nessa configuração Castro (2007, p. 116) ressalta que:

Nesse contexto, as reformas educacionais implementadas na década de 1990, tanto nos países desenvolvidos quanto em desenvolvimento, evidenciaram a necessidade de modernizar a gestão educacional, quer no âmbito dos ministérios e das secretarias, quer no âmbito das escolas, consideradas ineficientes e burocráticas. Dadas as circunstâncias, a descentralização da gestão apresentava-se como uma estratégia fundamental para garantir a melhoria da qualidade da escola, aumentar sua eficiência, sua eficácia e sua produtividade.

A metodologia utilizada durante a pesquisa foi a bibliográfica, através do levantamento de um arcabouço teórico sobre a gestão na educação brasileira refletindo os novos modelos implantados no Brasil e sua efetivação dentro das escolas públicas brasileiras, assim como a fundamentação sobre construção coletiva do projeto político pedagógico. Foi realizada também pesquisa de campo no IFMA Campus São Luís Monte Castelo para se analisar as práticas vivenciadas pelos sujeitos da pesquisa.

## **2 A GESTÃO ESCOLAR: INTERFACES ENTRE O GERENCIALISMO E A GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Na década de 1980 houveram movimentos sociais no país que lutaram em prol de uma redemocratização política. Nesse contexto, as discussões e debates em torno da gestão democrática tomaram força no campo educacional, os sujeitos envolvidos com o processo educativo sentiam necessidade de participar das decisões por meio da descentralização das políticas educacionais. A grande questão era construir uma escola que atendessem a todos os cidadãos com uma educação de qualidade.

O princípio da gestão democrática do ensino público, foi assegurado pela Constituição Federal de 1988 e com a LEI 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN), sendo um grande marco na construção de uma gestão mais democrática que respondesse às aspirações dos movimentos de educadores que lutavam por uma participação mais ampla nas decisões das políticas educacionais e da gestão dos sistemas e das escolas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394/96 ao regimentar o princípio da gestão democrática das escolas públicas, ressaltou no seu artigo 12, que cada estabelecimento de ensino terá a responsabilidade de elaborar sua proposta pedagógica, nos artigos 13 e 14 a lei faz referência aos docentes que terão a responsabilidade de participar assim como toda comunidade escolar da construção do projeto pedagógico da escola. O Plano Nacional de Educação 2014-2024 também faz referência ao PPP quando na estratégia 19.6, os profissionais da educação, alunos e familiares devem ser estimulados a participarem da elaboração dos projetos político pedagógicos. Logo os dispositivos legais têm contemplado a responsabilidade de elaborar, mas o desafio da escola vai para além da elaboração, pois está exatamente em como consolidar uma proposta emancipatória, que valorize a sua cultura e que tenha a sua identidade.

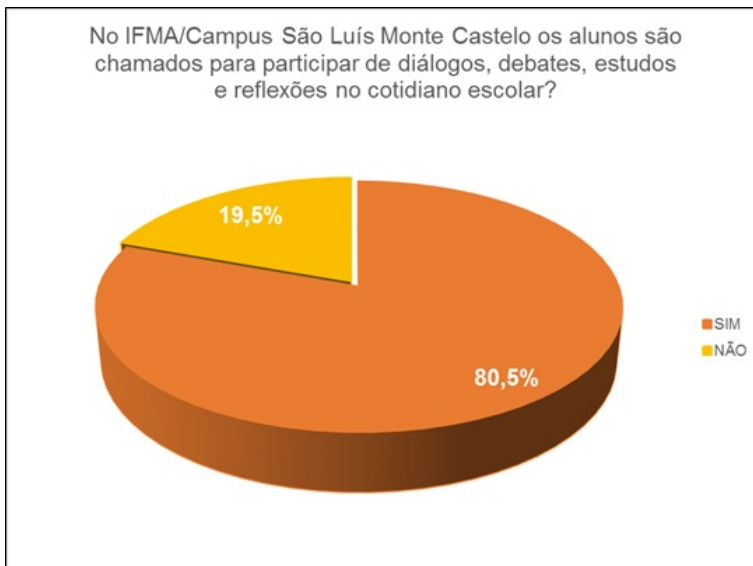
Por conseguinte, o PPP ao ser tanto político quanto pedagógico deve buscar uma organização escolar respaldada em relações dialógicas, que rompa com a burocracia, a centralização, com relações subordinadas/hierarquizadas e opressoras que se reproduzem dentro do espaço escolar perpetuando a chamada divisão do trabalho, onde uns pensam (os opressores) e outros executam (os oprimidos). Isso significa que não cabe mais aos órgãos superiores definirem modelos padrões para a execução dos projetos e sim proporcionarem o estímulo financeiro e técnico para que as escolas possam construí-los de acordo com suas necessidades e objetivos, o foco está no pensar e na qualidade da prática pedagógica que deve ser coerente, não se limitando ao fazer, mas discutindo a escola em suas relações mais amplas, ou seja, com a sociedade da qual faz parte. Veiga (1995) afirma que a escola é um espaço de vivência democrática e reflexiva da realidade, que vai além do que está posto no papel, nos documentos, nos currículos, é preciso transformação do real, concretizado na dinâmica interna das escolas.

Em contrapartida as ideias defendidas em prol da construção de uma escola democrática, nas últimas décadas do final século XX e início do século XXI fortaleceu-se no Brasil a ideia de gestão por resultados, a modernização dos processos educativos, admitindo a gestão descentralizada e compartilhada por meio da participação dos usuários agora chamados de clientes, seguindo as determinações dos organismos internacionais.

Diante disso destacamos a importância de ouvir os sujeitos envolvidos na construção do PPP do IFMA, onde os debates em torno da elaboração do projeto caminhem para a compreensão da necessidade da escola se comprometer com a formação de alunos ativos na sociedade e não alienados e passivos, pois este documento não é neutro e reflete a concepção de educação, de homem, de sociedade que a escola almeja alcançar

No que se refere a participação, com a construção de espaços de debates e estudos dentro da realidade escolar, a pesquisa mostrou que:

Gráfico 1 – Percentual de respostas de alunos referente ao nível de participação no cotidiano escolar



Fonte: Sistematização dos dados pela autora da pesquisa.

O gráfico mostra que 80,5% dos alunos afirmaram que já foram chamados para participar de espaços de diálogos, debates, estudos e reflexões no cotidiano escolar, enquanto que 19,5% afirmaram que nunca foram chamados.

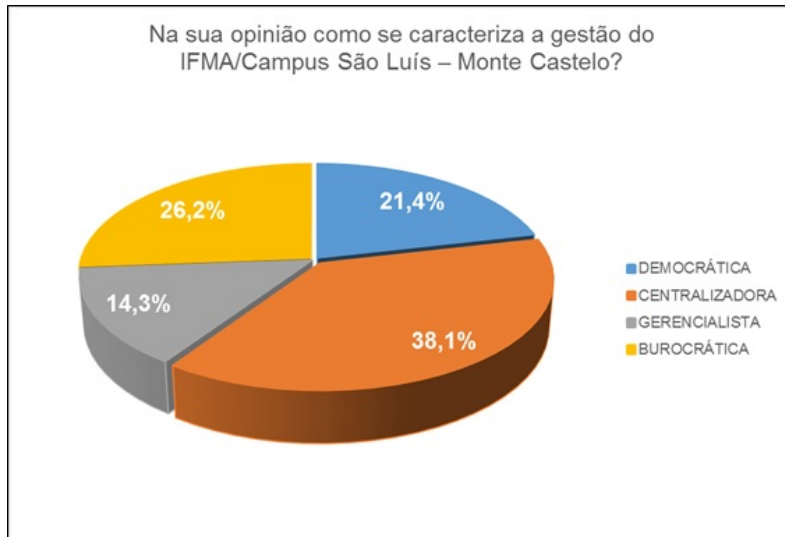
Gráfico 2 – Percentual de respostas de professores referente à participação no cotidiano escolar



Fonte: Sistematização dos dados pela autora da pesquisa.

O gráfico mostra que 56,8% dos professores afirmaram que existem espaços de diálogos, debates, estudos e reflexões no cotidiano escolar e 43,2% negaram tal afirmação.

Gráfico 3 – Percentual de respostas de professores referente à característica da gestão do IFMA/Campus São Luís-Monte Castelo



Fonte: Sistematização dos dados pela autora da pesquisa.

Conforme demonstra o gráfico, os professores, caracterizaram a gestão sendo eminentemente centralizadora (38,1%) e burocrática (26,2%), seguida do aspecto democrático (21,4%) e gerencialista (14,3%), o que explica está focada em atividades administrativas e burocráticas

Desta forma, entende-se a partir da pesquisa desenvolvida que a gestão escolar na perspectiva democrática, assim como a construção coletiva de um projeto político pedagógico emancipador, continua sendo um grande desafio para a escola pública brasileira.

### 3 CONCLUSÃO

Por fim compreendemos que a escola não é apenas reprodutora de relações sociais verticalizadas e dominantes, é também local de resistência e enfrentamento. Sob essa ótica ela procura ir além do aspecto tecnicista, quebrando com a velha separação entre pensar e executar, fruto de uma administração clássica, centralizadora, que refletia a divisão social do trabalho dentro da instituição escolar que ainda nos dias atuais se perpetua através da dualidade educacional, com a separação entre ensino científico, propedêutico e ensino profissionalizante.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>> Acesso em: 03 jun. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**. Disponível em: Acesso em: 10 mai. 2016.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Gerencialismo e educação: estratégias de controle e regulação da gestão escolar. In: NETO, Antônio Cabral. CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. FRANÇA, Magna. QUEIROZ, Maria Aparecida de. (orgs.). **Pontos e contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais**. Brasília: Líber Livro Editora, 2007.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 1a ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva dos projetos pedagógicos**. Debate: Retratos da Escola. Boletim 12. Jun/jul 2005.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção coletiva**. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 1995.